

Transumância na Beira Interior em tempos medievos

MARIA DA GRAÇA ANTUNES SILVESTRE VICENTE

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Academia Portuguesa da História

Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais

Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

RESUMO

A ancestral prática da transumância, pela sua amplitude espacial e duração no tempo, marcou profundamente a História e a Economia de toda a Península Ibérica. Fomentou os contactos económicos, sociais e culturais e contribuiu para a criação de uma extensa rede de vias, que não conheceram fronteiras: as canadas. Com marcas físicas na rota da lã, na memória, permaneceu como um dos mais duradouros e importantes factores da identidade de toda a região da Beira Interior, especialmente, nas terras serranas da Beira Estrela. A partir de documentação diversa, neste artigo, pretende-se abordar alguns dos aspectos ligados a esta actividade em tempos medievais.

PALAVRAS-CHAVE

Idade Média, Beira Interior, Transumância.

ABSTRACT

The ancient practice of transhumance, marked deeply the History and Economy of the entire Iberian Peninsula, for its special extent and duration in time. Fomented the economic, social and cultural contacts; contributed to the create an extensive network of roads, which met no borders – the canadas. He remained as one of the most enduring and strong identity factors across Beira Interior region, especially in the mountain lands of Serra da Estrela. In this article we intend to address, some of the aspects linked to this activity, in medieval times, using diverse documentation.

KEYWORDS

Middle Ages, Beira Interior, Transhumance

INTRODUÇÃO

Decerto, a pastorícia era a prática mais evidente dos povos lusitanos que as legiões e os colonos do Lácio vieram encontrar entre o Tejo e o Zêzere e lança as suas raízes em tempos imemoriais. As terras pouco povoadas da Beira Interior foram o palco privilegiado para o desenvolvimento da criação de gados e o suporte económico das populações durante o período instável da Reconquista. A importância da ganadaria e a formação de grandes rebanhos transparecem nos textos dos primeiros forais. O tipo e número de cabeças de gado eram reveladores do grau de riqueza e determinavam o estatuto dos seus detentores. Pelos forais do modelo de Évora, atribuído à vila da Covilhã em 1186 e posteriormente difundido em toda a região, era cavaleiro todo aquele que fosse possuidor de uma herdade, uma junta de bois, um jumento, quarenta ovelhas e dois leitões. Imprescindível nas lavras, aqueles animais ditos de gado grosso, quase sempre, referenciavam a medida padrão para a medição das terras, que se fazia em «lavra de junta de bois», de que é exemplo o «herdamento lavra de seis juntas de bois», dado pelo concelho de Sortelha a D. Pôncio (Inquirição de D. Dinis, 1314. in AHP, I (1932-1934): 265-270). O gado doméstico era, igualmente, indispensável para os transportes e para o sustento da casa. Fornecia a carne, o leite e os seus derivados, o queijo e a manteiga, integrando, esta, a composição da colheita régia bem como a contribuição para as visitas do bispo da Guarda, na generalidade das vilas da Beira Interior. Fonte de matérias-primas, como as peles e a lã, para as actividades artesanais dos curtumes e tecidos, o gado era responsável pela produção do principal fertilizante usado na adubagem das terras de cultivo. Obviamente a posse de cavalos, motivo de distinção para o seu proprietário, fazia deles também componente essencial nos palcos de guerra. Estes motivos, a par da existência de vastas áreas de matas e terras bravias, que proporcionavam pastagens e espaços diversificados para todo o tipo de gado, ovino, caprino, suíno, vacum e equino, incentivaram a economia ganadeira. Esta foi uma opção rentável para instituições e particulares e, como se sabe, desenvolvida nos dois lados de uma fronteira, ainda muito instável e recente, em que todas as forças se foram empenhando.

O pastoreio, comum a todo o espaço rural, atingiu no mundo mediterrânico, em parte fruto das condições naturais, uma importância acrescida, mantendo-se, ao longo de todo o período medieval e para além dele, a prática da transumância. Esta modalidade pastoril, ligada ao nomadismo dos povos norte-africanos, mas ajustada à realidade peninsular (Araújo 1998), abrange, como referiu Elisa Pinheiro, diferentes tipos de deslocações, adaptadas às diversas condicionantes geográficas (Pinheiro,

2008). Neste artigo, pretende-se abordar, a partir de documentação variada, alguns dos aspectos ligados a esta actividade, em tempos medievais, na Beira Interior.

A TRANSUMÂNCIA, EM TEMPOS MEDIEVAIS, NA BEIRA INTERIOR.

O estudo da transumância, já bem aprofundado no país vizinho, tem vindo, entre nós, a suscitar um crescente interesse, tanto por historiadores como por outras áreas do conhecimento. Interesses diversos foram bem evidentes no primeiro colóquio sobre a transumância na serra de Montemuro. Porém, este não é um tema novo para geógrafos e historiadores. Depois de Gama Barros e sobretudo do pioneiro estudo de Orlando Ribeiro, outros autores se interessaram por esta modalidade pastoril. Entre eles, refira-se, no início dos Anos Sessenta do século passado, o estudo abrangente da tese de licenciatura de Maria José Lagos Trindade, tardiamente publicada (Trindade 1981) e o trabalho de Abílio Mendes do Amaral, de pendor etnográfico e social, sobre os pastores da Serra da Estrela, que saiu inicialmente na revista *Beira Alta* no primeiro ano da década de Setenta (Amaral, 1970). Nas últimas décadas, esta temática adquiriu novos desenvolvimentos, especialmente no domínio político e social, de que são exemplo os trabalhos de David de Moraes (Moraes 1998) e de Julieta Araújo, em torno da problemática entre a transumância e as relações fronteiriças (Araújo 1998: 229-240) e ainda o já referido e pluridisciplinar colóquio, *Montemuro A Última Rota da Transumância*, realizado no Instituto Superior Politécnico de Viseu, em Junho de 1999 (Actas 2000). Já neste século, destaca-se, num registo diverso, o tema tratado em tese de mestrado na área das Relações Interculturais por Fernando Jorge de Sousa Paulino (2001). Particular destaque merece igualmente a edição bilingue, Português/Castelhano, *Rota da Lã Translana: Percursos e Marcas de Um Território de Fronteira*, abrangendo as regiões fronteiriças da Beira Interior (Portugal) e da Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha), que saiu dos prelos na Covilhã, o grande centro lanígero português coordenado por Elisa Pinheiro (2009). Muitos destes estudos reconstituíram e traçaram antigas rotas transumantes em território nacional. Cumpre ainda referir as diversas manifestações de cariz turístico/cultural, evocativas da passagem dos rebanhos, do pasto na Serra para as planícies, realizadas em diferentes localidades, aquém e além Serra da Estrela, nos concelhos de Gouveia e do Fundão, aqui, particularmente em Alpedrinha, em Alcongosta e na Soalheira. Saliente-se, finalmente, o seminário «Transumância – Identidades e Estratégias Territoriais», organizado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior, em Maio de 2013. A pastorícia, sobremaneira, quando em regime de transumância, revela-se um tema abrangente por ter marcado decisivamente a economia, rural e urbana, a sociedade e a cultura, mas também a ecologia e as paisagens de toda a Beira Serra.

O pastoreio, em regime intensivo e extensivo, constitui uma actividade principal e não subsidiária da agricultura, de acordo com definição de Orlando Ribeiro, e foi larga e longamente praticado em Portugal (Ribeiro, 1940-1941). Porém, a criação de

gados transumantes entre nós, nunca alcançou o grau de desenvolvimento que conheceu no país vizinho, porquanto ali se apoiou na poderosa organização da Mesta minuciosamente regulamentada desde Afonso X (1273). Todavia, a ancestral prática da transumância, referida na Península Ibérica por Estrabão, pela sua amplitude espacial, bem como pela sua duração no tempo, constituiu um dos factores identitários em toda a região da Beira Interior e, especialmente, nos territórios serranos. A repetida passagem de pastores e gados fomentou os contactos económicos, mas também sociais e culturais. Contribuiu para a criação de uma extensa rede de vias, que não conheceram fronteiras, as canadas. Estes caminhos transumantes foram estruturando os espaços, permanecendo nas paisagens e memórias como marcas culturais e identitárias.

Nas terras da Beira Interior, conjugaram-se factores naturais e sociais que permitiram a formação de grandes rebanhos, especialmente de ovinos. Os gados deslocavam-se em movimentos sazonais, da planície para as áreas de maiores altitudes, para aproveitar as ricas pastagens alpinas da Estrela, onde chegavam rebanhos de diferentes locais, do reino e também da vizinha Castela. No final do Verão, desciam a serra, percorrendo, de imediato, longas distâncias em direcção às pastagens de Inverno das campinas dos antigos concelhos da Idanha-a-Velha e Idanha-a-Nova, Salvaterra, Segura, Proença e Rosmaninhal. Temos notícia documentada destes percursos desde meados do século XIII (BNP, Códice 736: fls. 161v-163). A relevância da actividade pastoril ficou bem patente nos textos dos forais, modelo Ávila/Évora e nos foros e costumes de que são exemplo os foros de Évora, Castelo Rodrigo, Guarda e Garvão, pelas disposições referentes ao montadigo, venda, furto ou extravio de gados. Numa parte significativa dos concelhos da Serra, Covilhã, S. Vicente da Beira, Castelo Novo, Penamacor, Proença-a-Velha, Idanha-a-Velha, Proença-a-Nova, os seus forais isentavam os moradores do pagamento do montadigo em todo o Reino, recebendo estas vilas, ou os senhores da terra, o montadigo dos gados aí chegados de fora parte. Só a existência e a dependência económica de grandes rebanhos que se deslocavam à procura de pastagens em movimento cíclico podem explicar o privilégio desta isenção do montadigo que, segundo Julius Klein, seria uma antiga coima usada pelos centros urbanos como forma de castigar a invasão dos seus termos pelos gados transumantes (Klein, 1920). Muitos desses gados atravessavam o Tejo dirigindo-se para o Alentejo, até às pastagens do Campo de Ourique que disputavam com gados doutras proveniências, especialmente do reino vizinho. A importância económica destas deslocações está bem patente na organização relativa à sua gestão, de que é exemplo Dona Beatriz, sogra de D. João II e mãe do Venturoso (ANTT, Místicos., fls. 42-42v. In HFAC, IV, n.º 44).

A movimentação de gados originou, não raras vezes, contendas entre os reinos de Portugal e Castela, já porque não eram respeitados os direitos de pastagens entre as terras vizinhas (ANTT, Gav. XVIII, 3-22. In GTT, vol. n.º 4363: 299-301), já pela frequente

passagem clandestina de gados, ou nas usuais «tomadias» de cabeças de gado, especialmente nos períodos de guerra (1410, ANTT, Gav. XVIII, 6-13). A pecuária foi uma opção rentável para particulares e instituições - ordens monásticas e militares e para a coroa. Os monarcas, desde os primórdios do Reino, possuíam grandes rebanhos, de que fazem eco os seus legados testamentários. Nas Cortes de Leiria, em 1372, pediram os povos ao rei que vendesse os seus gados. O seu elevado número provocava grandes estragos. Não o querendo vender, pediam que fosse enviado para o Campo de Ourique. (Cristino 1972). A Ordem do Templo, em Castela, detentora de grandes rebanhos, por documento de Junho de 1282, deu privilégio aos povoadores de Vila Nova do Freixo para que pudessem apascentar os seus gados em todos os seus termos e coutadas com excepção de quatro sítios identificados (ANTT, Gaveta VII, 9-32). Do mesmo modo, Afonso X, o sábio, concedeu ao mosteiro de Santa Maria de Aguiar privilégio para os seus pastores levarem os gados a pastar livremente em Castela, sem qualquer pagamento de portagem (Borges, 1998). Anos depois, este monarca autorizava os gados do mosteiro a andarem seguros e beberem água em qualquer lugar do reino de Castela (Borges 1998: 195).

Em ambiente de fraca densidade demográfica, esta atividade revelou-se sempre em crescendo ao longo de todo o período medieval, favorecida pela procura crescente por parte das «indústrias» especialmente de lanifícios e curtumes e por algum aumento do consumo de carne nos centros urbanos. A mesma exigia menos braços do que a lavoura e garantia um rendimento mais constante e seguro, porquanto os campos semeados estavam sujeitos às intempéries, geadas tardias, chuvas extemporâneas ou estios prolongados, que comprometiam as colheitas, bem como à passagem destruidora do inimigo. Ao gado era permitida a fuga, esconder-se, furtando-se à destruição e rapina da soldadesca invasora. Certo é que esta actividade comprometia alguns cultivos agrícolas que foram abandonados por muitos senhores e lavradores, dedicando-se à criação de gados, que faziam pastar em terras alheias ou arrendadas.

A pressão sobre as áreas de pastoreio foi incentivando o aumento das áreas coutadas por mercê do monarca ou à revelia do poder régio. Esses espaços coutados «de novo» foram motivo de querelas e queixas um pouco por todo o lado. Em Castelo Branco, as coutadas novas feitas pela Ordem de Cristo, senhora da terra e detentora de grandes rebanhos, foram motivo de agravos apresentados pela vila, nas Cortes de Évora de 1325. (Vicente 2013). Idêntica situação obrigou à intervenção de D. Pedro I no Alentejo. No ano de 1362, o Justiceiro legislava a maneira como se podiam instituir as coutadas nas terras do Entre Tejo e Odiana. (Ch. D. Pedro I, fl. 68v). O aumento da ganadaria, aliado aos factores conjunturais, provocava, um pouco por todo o reino, o abandono da lavoura, dificultado o aprovisionamento de vilas e cidades, especialmente em cereais, obrigando o rei a legislar (Lei das Sesmarias). Mas esta era uma actividade proveitosa para os senhores proprietários de grandes rebanhos e os concelhos abrangidos pela procura e passagem dos gados transumantes, pois, sobre eles, arrecadavam o

montádigo, cujo recebimento dava origem a abusos como se depreende em documento de D. Afonso III, pelo qual ordenava o modo como as ordens militares e o concelho de Beja o deviam receber (Chancelaria de D. Afonso III, liv. 1, fl. 49, in CDA III 2006: vol. 1, doc. 237: 262-263 e doc. 239: 263). Pastagens e montado que, muitas vezes, eram doados pelos monarcas para agradecerem apaniguados em recompensa de serviços prestados ou por devoção e esmola. (Chancelaria de D. Manuel I, liv. 35, fls. 107-107v e Beira, liv. 3, fls. 77-78). Em Agosto de 1254, D. Afonso III deu ordem para que todos os concelhos da Beira e Trasserra dessem a portagem e o montado a D. Pedro Ponces [de Baião], rico-homem da terra, como acontecera com os anteriores ricos-homens, em tempo dos monarcas seus antecessores. (Ch. D. Afonso III, liv. 1, fl. 8v. in CDA III. Vol. II (2006), doc. 56: 58). Os gados transumantes percorriam longas distâncias, todavia olhados com desconfiança e apreensão, sendo, por vezes, travada a sua livre passagem, como aconteceu no Sardoaal. Aqui, por sentença de Outubro de 1378, foram condenados todos os moradores desta vila que se opunham ao livre-trânsito do povo com seus gados pelo caminho que ia para Punhete, no sítio da Lameira Grande, termo de Abrantes (Gonçalves, 1992: 22). Nas suas deslocações, atravessavam terras tuteladas por várias entidades, dificultando o controlo e recebimento dos dízimos, situação que a Ordem do Templo e o Cabido e Sé da Guarda, grandes detentores de terras e rebanhos, resolveram por um compromisso datado de 1266 (Códice 736, fls. 161-163v). Ficou então determinado que metade da dízima das crias, lã e queijos dos rebanhos saídos da Covilhã e termo para os pastos das Idanhas, Segura, Rosmaninhal, Salvaterra, Castelo Branco, Proença, Bemposta e outros lugares, dentro dos limites territoriais do Bispado da Guarda, senhoreados pela Ordem do Templo, pertencia a esta. O mesmo se aplicaria aos gados das vilas e lugares da Ordem, quando fossem aos pascigos da Covilhã e do seu termo.

Todos os rebanhos eram acompanhados por pastores, chefiados pelo pastor maior. Em caso de dúvida sobre o local onde nascera a cria ou fora tosquiada a lã ou feito o queijo, fazia fé o juramento deste pastor maior. É de crer que, a par do gado ovino, outros gados, caprino, bovino, equino ou até porcino, acompanhassem as longas deslocações de rebanhos, como se verifica em documento referente a contenda sobre os limites entre os concelhos de Sortelha e do Sabugal. Nele, estão mencionados vários ovelheiros, porcariços e vaqueiros. Esses gados, segundo diziam os pastores inquiridos, partiam, no Verão, dos campos de Salvaterra, Penamacor e Idanha para o termo da Guarda (Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 91v-94. In Gomes 1987: 57-71). O aumento do número de cabeças de gado e a crescente pressão sobre os pastos, bem como as restrições à apanha de ervas, ramos e pastos, essenciais ao equilíbrio de uma economia agro-pastoril, foram origem de prolongadas disputas. Tornava-se necessário salvaguardar os recursos e interesses municipais na área da Serra da Estrela, onde a procura de pastagens era cada vez maior.

A par dos gados nacionais, apascentavam-se gados vindos do reino vizinho. D. Manuel, por esmola, deu carta de privilégio ao mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, autorizando a vinda até quinze mil cabeças de gado ovelhum até às ricas ervagens alpinas da Estrela, sendo-lhes delimitado uma determinada área onde podiam pastar sem se misturarem com outros rebanhos. (Extras, fls. 157v-158; Míst., liv. 1, fl. 32-32v. in HFAC, IV: n.º 4). Este privilégio dado ao mosteiro foi motivo de queixa dos «moradores da terra». Segundo diziam, não «ficava loguar» onde pastassem seus gados, o que representava um grande prejuízo para eles. Pediam que a Serra fosse demarcada para que todos aí pudessem apascentar os seus gados. D. Manuel compreendeu a situação e mandou Lopo Martinz, o seu almoxarife na vila de Seia, delimitar as pastagens juntamente com homens bons da vila. As demarcações, então feitas, abrangiam as terras entre Loriga, Seia, Gouveia e Manteigas. (Místicos, liv. 1, fls. 13-14, in HFAC, IV: n.º 45).

Os criadores de gados das povoações da Serra também procuravam obter privilégios junto do rei para apascentar os seus rebanhos noutras terras. Em 1496, D. Manuel I confirmou o privilégio concedido pelo Africano, em 1466, ao concelho de Manteigas, que autorizava os gados desta vila e termo a pastarem por todo o reino, sem pagamento de coima, desde que não provocassem danos ou devassas nas coutadas. (Beira, liv.1, fl. 6v-7). Com efeito, no ano seguinte, a vila de Castelo de Vide obteve, do mesmo monarca, alvará a interditar, aos moradores de Manteigas, a utilização das pastagens do seu termo, por ser pequeno e haver na vila muitos gados. O rei anulou a autorização que ele próprio tinha concedido aos moradores da vila serrana de Manteigas (Oliveira, 2011).

A todos interessava usufruir do maior espaço possível de pastagens, sendo frequentes os litígios entre as partes interessadas: concelhos e criadores. Nas Cortes de Évora, de 1447, a vila de Penamacor queixava-se de um grupo de fidalgos que, possuindo terras e propriedades hereditárias e de emprazamento, se iam apoderando de terras, herdades e maninhos do concelho (Beira, liv. 2, fl. 125-126). Porém, estes episódios de luta e confronto ajudaram ao aperfeiçoamento das estruturas e organização das actividades pastoris. Estas foram inicialmente criadas entre as partes envolvidas, obtendo depois a aprovação régia. Serve de exemplo a instituição do ofício do «alcaide dos pastores». Este ofício fora criado entre os pastores da Serra que anualmente escolhiam entre eles dois homens cuja missão era fazer respeitar as demarcações estabelecidas e apontar os locais onde cada um podia apascentar os seus gados. Contudo, no decorrer dos tempos, esta função foi sendo cada vez mais difícil, já porque a pressão sobre os recursos disponíveis se intensificava, já porque eles eram, segundo diziam, «homens symprezes e de pouco emtemder nom sabyam Reger o dicto ofiçio». Não conseguindo desempenhar o mesmo porque «algũus homes poderosos lho tolhyam», apelaram ao monarca. Pediam por mercê que fosse nomeado um certo Álvaro Carvalho, escudeiro, morador na Covilhã, que era «home de boa comcyemçia e auto e pertemçente pera

Reger o dicto ofyçio e pera os defemder de quem os qysesse agrauar». D. Manuel aceitou e, nomeou-o, por dois anos, para o ofício de «allcayde da dicta serra e comarca dos pastores e criadores». (Ch. D. Manuel I, liv. 12, fl. 31. in HFAC, IV: n.º 193. Findo esse prazo, voltou a reconduzi-lo no ofício, que ficou institucionalizado como «alcaide dos pastores e criadores da serra da Estrella e da Covilhã» (Id., liv. 2, fl. 31. in HFAC, IV: n.º 222).

CONCLUINDO

Ao longo de todo o período medieval, milhares de ovelhas percorriam, sazonalmente, grandes distâncias à procura de pastagens, tal como as manadas de herbívoros, ainda actualmente observáveis, o fazem no continente africano. A circulação dos rebanhos provocou, não raras vezes, situações de conflito, entre as partes envolvidas, e delas fazem eco os documentos. Com a resolução desses episódios, foi-se aperfeiçoando a organização desta actividade, nas suas variadas vertentes: delimitação de pastos, recebimento do montadigo, definição de um corpo de oficiais, bem como o apuramento das raças.

A repetida movimentação de vastas quantidades de ovelhas e outros gados marcou a história da Península Ibérica. Em Castela, a actividade parece-nos mais organizada, pelo enquadramento institucional da Mesta e conseguiu uma projecção económica muito ampla. Em Portugal, conclui-se que a mesma foi sempre menos estruturada do que além e não atingiu o poder económico e político alcançado no país vizinho. Contudo marcou as regiões da Beira Interior decisivamente e, de forma muito particular, os concelhos em torno da Estrela.

A actividade pastoril transumante está ainda muito viva nas memórias e no imaginário das gentes e terras da Beira, perdurou, com algum fulgor, até finais do primeiro quartel do século XX, numa adaptação perfeita da actividade humana ao meio físico. Constituiu e afirmou-se como um dos mais fortes e perenes factores identitários do mundo rural das áreas geográficas por ela abrangidas, ainda que se alargasse, de certa maneira, a todo o território nacional, pelas questões jurídicas, culturais, económicas, sociais, ecológicas, ou de relações fronteiriças, que foi suscitando ao longo dos séculos.

Tabela 01. O Montádigo nos forais da Beira Interior

LOCALIDADE	GADOS	MONTÁDIGO	PERTENÇA
Covilhã	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Penamacor	Rebanho de ovelhas, Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho
Proença-a-Velha	Rebanho de ovelhas Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho
S. Vicente da Beira	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Sarzedas	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Centumcellas	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Proença-a-Nova	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Idanha-a-Velha	Rebanho de ovelhas Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho (dízimo á igreja)
Salvaterra	Rebanho de ovelhas Vara de porcos Manada de vacas	4 carneiros 4 porcos 1 vaca	Concelho (dízimo á igreja)
Lardosa	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Sobreira Formosa	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Belmonte	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Castelo Novo	Rebanho de ovelhas Manada de vacas	4 carneiros 1 vaca	Concelho
Vila Franca da Cardosa	Não diz		2/3 do senhor 1/3 do concelho
Valhelhas	Não diz	Não diz	2/3 do senhor 1/3 dos cavaleiros de Valhelhas

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Gaveta, VIII, mç. 3-4; Gaveta XVIII, mç. 3, doc. 22 e Gaveta, XVIII, mç. 6, doc. 13.

ANTT, Chancelaria de D. Afonso III, liv. 1, fl. 8.

ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3, fls. 91v-94;

ANTT, Chancelaria D. Pedro I, fls. 68v-70.

ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 2, fl. 31; liv. 12, fl. 31 e liv. 35, fls. 107-107v.

ANTT, *Beira*, liv. 1, fl. 278-283 e *Beira*, liv. 3, fls. 77-78.

ANTT, Extras, fls. 157v-158.

ANTT, Místicos, liv. 1, fls. 13-14, 32-32v e 42-42v e liv. 2, fl. 31.

Arquivo Municipal de Castelo de Vide (AMCV), Tombo do Concelho, t. I, fls. 41-42.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Reservados, Códice, 736, fls. 161-163.

FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA

Almeida, Maria Luísa Alves Ferreira (1992). Foral e Foros da Guarda. Edição e Estudos Linguísticos do Documento Manuscrito Português. Provas de Aptidão Pedagógica. Viseu: Centro de Viseu da Universidade Católica Portuguesa.

Amaral, Abílio Mendes do (1970). Os Pastores da Serra da Estrela. Etnografia – Foro – Transumância. In *Beira Alta*. Vol. XXIX, Fasc. III: 355-399.

Araújo, Julieta (1999). Relações de Fronteira na Idade Média: A Transumância. In *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcanices*. [Actas]. Vol. I. Porto. pp. 229-240.

Arquivo Histórico de Portugal (AHP). vol. I (1932-1934): 265-270.

Borges, Júlio António (1998). O Real Mosteiro de Santa Mari de Aguiar - Resenha Histórica. in

Cister: Espaços, Territórios, Paisagens. Lisboa: IPPAR, pp. 181-203.

Cabral, A. M. Dinis (1968). Carta de Foros e Costumes da Vila de Castelo Rodrigo (1209-1508). Viseu: Separata. Revista «Beira Alta».

Chancelaria de D. Afonso III (CDA III) (2006), 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I. Edição preparada por A. H. Oliveira Marques (1984). Lisboa: INIC/Centro de Estudos Históricos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. [doc. 620].

Clemente Ramos, Julián (2003). La Ganadaria Porcina de Jarandilla de la Vera a Mediados siglo XV. I Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno. Coord. Luís Adão da Fonseca; Luís Carlos, Amaral; Maria Fernanda Ferreira Santos. vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora. pp. 743-749.

As Cortes de Leiria de 1372 (1972). Leiria: Câmara Municipal de Leiria. 1972.

Costa, Mário Alberto Nunes, (2005). O Montadigo em Portugal nos Séculos XII a XVI: Lisboa: edição do autor.

Cristino, Luciano Coelho (1972). As Cortes de Leiria de 1372. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.

García Martín, Pedro (2000). Cosmovisión e Historia de la Trashumancia en la Península Ibérica. In *Actas do Colóquio Montemuro a Última Rota da Transumância*. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense e Escola Superior Agrária de Viseu. pp. 19-54.

Garvão, Maria Helena Martins Inês (1992). Foros de Garvão. Edição e Estudo Linguístico. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Histórica. Lisboa: Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

(As) Gavetas da Torre do Tombo. 12 Vols. Introdução de A. Da Silva Rego (1960-1977). Lisboa: Centro de Estudos Ultramarinos da Junta de Investigação Científica do Ultramar.

**FONTES IMPRESSAS E BIBLIOGRAFIA
(CONTINUAÇÃO)**

Gomes, Rita Costa (1987). Sobre as Fronteiras Medievais: a Beira. In Revista de História Económica e Social, n.º 21, Setembro-Dezembro. pp. 51-71.

História Florestal Aquícola e Cinegética (HFAC). Collectânea de Documentos Existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1983). Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas. Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal. Vol. IV, doc. 4, pp. 14-15.

Klein, Julius (1920). The Mesta. A Study in Spanish Economic History 1273-1836. Cp., Harvard University Press. <http://socserv.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/klein/TheMesta.pdf>

Leão, Duarte Nunes de (2002). Descrição do Reino de Portugal. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

Martinho, Alberto Trindade (1978). O Pastoreio e o Queijo da Serra. Lisboa: Parque Natural da Serra da Estrela.

Martins, Maria Odete Sequeira (2011). Poder e Sociedade: a duquesa de Beja. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [texto policopiado].

Montemuro a última rota da transumância [Actas do Colóquio, 18 Junho de 1999, realizado pelo Instituto Superior Politécnico de Viseu]. Arouca., Associação da Defesa do Património Arouquense. Escola Superior Agrária de Viseu, 2000.

Oliveira, José Augusto (2011). Castelo de Vide na Idade Média. Lisboa: Colibri.

Ordenações Afonsinas (1984). Nota de Apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota Textológica de Eduardo Borges Nunes. 6 volumes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ordenações de D. Duarte. Edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes (1988). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp. 408-409.

Paulino, Fernando Jorge de Sousa (2001). Transumância da Estrela ao Montemuro. Da Tradição à Modernidade: a Longa Viagem da Cultura Pastoril. [texto policopiado] Tese de Mestrado Relações interculturais. Porto: Universidade Aberta.

Rau, Virgínia (1982). Sesmarias Medievais Portuguesas. Lisboa: Presença.

Ribeiro, Orlando (1940-1941). Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela. In Revista da Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, vol. VII, Lisboa. Pp. 213-303.

Idem, Notícia do Pastoreio na Serra do Montemuro. (1948). Porto: Separata. Miscelânea de Estudos à Memória de Cláudio Basto. Imprensa Portuense.

Idem, O Significado Geográfico do Pastoreio na Serra da Estrela (1995). In Opúsculos Geográficos. Estudos Regionais. Lisboa. pp. 325-444.

Rota da Lã Translana. Percursos e Marcas de um Território de Fronteira: Beira Interior (Portugal): Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha). 2008-2009. Coord. Elisa Calado Pinheiro. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. [edição bilingue].

Ruiz Gómez, Francisco (2003). La economía ganadera y los dominios de las órdenes militares en la Mancha en el siglo XII. In Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Baquero Moreno. Coord. Luís Adão da Fonseca; Luís Carlos Amaral; Maria Fernanda Ferreira Santos, vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora. pp. 415-424.

Silva, Rosa Fernanda Moreira da (2000). Transumância no Portugal Central: Diversidade e organização do território. In Actas do Colóquio Montemuro a última rota da transumância. Arouca: Associação da defesa do património Arouquense. Escola Superior Agrária de Viseu. pp. 55-69.

Serra, José Correia da (1829). Inéditos de História Portuguesa, Vol. V, Foros de Garvão. Lisboa: Academia Real das Ciências, Oficina da Academia.

Trindade, Maria José Lagos (1981). Actividade Pastoril e o Pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI. In Estudos de História Medieval e Outros. Lisboa: Faculdade de Letras. Cooperativa Editora. História Crítica.

Ventura Leontina; Oliveira António Resende de (2006). Chancelaria de D. Afonso III. 2 Vols., Coimbra.

Vicente, Maria da Graça A. S. (2013). Entre Zêzere e Tejo (séculos XII-XIV). Lisboa: Dissertação Doutoramento. Faculdade Letras da Universidade de Lisboa. [texto policopiado].

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior